



CÂMARA DOS DEPUTADOS

15h 30m

EMENDA AGLUTINATIVA AO ^{Nº} PROJETO DE LEI Nº 5735-A, de 2013

7

Aglutina o texto do Substitutivo apresentado
ao PL 5735-A/13 com a Emenda de Plenário de nº
72/15.

(DO SR SUBTENENTE GONZAGA E OUTROS)

artigo:

Acrescente-se ao Art. Art. 1º do PL 5735-A de 2013, o seguinte

“Art. 233-A Aos eleitores em trânsito no território nacional é assegurado o direito de votar para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, **Prefeito e Vereador** em urnas especialmente instaladas nas capitais e nos municípios com mais de cem mil eleitores.

§1º O exercício do direito previsto neste artigo sujeita-se à observância das regras seguintes:

I- Para votar em trânsito, o eleitor deverá se habilitar perante a justiça eleitoral no período de até quarenta e cinco dias da data marcada para a eleição, indicando o local em que pretende votar;

II- Aos eleitores que se encontrarem fora da Unidade da Federação de seu domicílio eleitoral, só é assegurado o direito à habilitação para votar em trânsito nas eleições para Presidente da República;

B

III- Os eleitores que se encontrarem em trânsito dentro da Unidade da Federação de seu domicílio eleitoral poderão votar nas eleições para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

IV- Nas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador o voto em trânsito fica adstrito ao município do domicílio eleitoral do eleitor;

§2º- Os membros das Forças Armadas, os integrantes dos órgãos de segurança pública a que se refere o Art. 144 da Constituição Federal, bem como os integrantes das Guardas Municipais mencionados no § 8º do mesmo Art. 144, poderão votar em trânsito se estiverem de serviço por ocasião das eleições.



§3º- As chefias ou comandos dos órgãos a que estiverem subordinados os eleitores mencionados no § 2º enviarão obrigatoriamente à justiça eleitoral em até quarenta e cinco dias da data das eleições a listagem dos que estarão em serviço no dia da eleição, com indicação das seções eleitorais de origem e destino.

§4º- Os eleitores mencionados no § 2º, **uma vez habilitados na forma do § 3º** serão cadastrados e votarão nas seções eleitorais informadas, **independentemente do número de eleitores do Município de destino.** "(NR)

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE nas ultimas eleições mais de 84 mil eleitores solicitaram à Justiça Eleitoral habilitação para votar em trânsito, todavia, a legislação vigente só permite a referida modalidade de voto para presidente e vice-presidente da República.

Essa forma de voto permite ao eleitor que esteja fora do seu domicílio eleitoral vote em outro local, independente de ter solicitado a transferência do seu título eleitoral.




A presente emenda evitará que milhões de brasileiros deixem de exercer sua plena cidadania, além de viabilizar e estimular o voto dos inúmeros cidadãos brasileiros que, por diversas razões, não podem comparecer à sua seção eleitoral no dia da eleição, impedidos, assim, de participar da grande festa da democracia brasileira.


Por oportuno, ressalta-se o caso dos policiais e bombeiros militares, que têm subtraído o seu direito ao exercício do voto em razão de escala de serviço em localidades distantes de suas zonas eleitorais, inviabilizando, na prática, o direito ao voto.

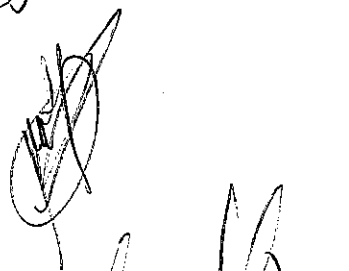
É por demais sabido que, dois são os órgãos sem os quais não se realiza uma eleição em país democrático: a Justiça Eleitoral e a Política Militar. Nenhuma seção eleitoral inicia seus trabalhos sem a confirmação da segurança prestada pela Política Militar, e a esta, e somente a esta, tem sido confiada, inclusive o acautelamento e a condução das urnas, como forma de garantir sua inviolabilidade. Portanto, se não há eleição sem Política Militar, não pode haver policial militar sem direito a voto.

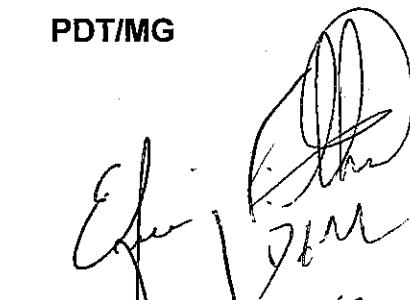
Assim, a presente emenda busca uma solução equilibrada que concilie a segurança técnica do processo eleitoral, bem como o direito fundamental de participação política dos cidadãos – cláusula pétrea da nossa Constituição.

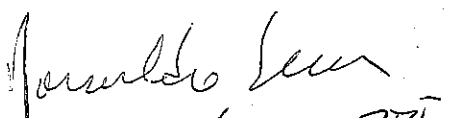
A matéria não pode ser preterida em uma Reforma Eleitoral que se pretenda de qualidade.


Deputado Subtenente Gonzaga
PDT/MG


Marcos
Lacerda


Nelson
PDT


Eduardo
Vieira
Lider PPS


Ronaldo Lessa
Vice Líder PDT
(Ronaldo Lessa)